

Denise Pereira  
Maristela Carneiro  
(Organizadoras)

# Investigação Científica nas Ciências Sociais Aplicadas 3



Denise Pereira  
Maristela Carneiro  
(Organizadoras)

# Investigação Científica nas Ciências Sociais Aplicadas 3



2019 by Atena Editora  
Copyright © Atena Editora  
Copyright do Texto © 2019 Os Autores  
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora  
Editora Chefe: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Antonella Carvalho de Oliveira  
Diagramação: Geraldo Alves  
Edição de Arte: Lorena Prestes  
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### Conselho Editorial

#### Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí  
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
162	<p>Investigação científica nas ciências sociais aplicadas 3 [recurso eletrônico] / Organizadoras Denise Pereira, Maristela Carneiro. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Investigação Científica nas Ciências Sociais Aplicadas; v. 3)</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-897-7 DOI 10.22533/at.ed.977192312</p> <p>1. Ciências sociais. 2. Investigação científica. 3. Pesquisa social. I. Pereira, Denise. II. Carneiro, Maristela. III. Série.</p> <p style="text-align: right;">CDD 300.72</p>
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

Atena Editora  
Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br

## APRESENTAÇÃO

Os pensadores que realizaram as primeiras investidas efetivas no campo dos estudos sociológicos em fins do século retrasado, nomes como Marx e Durkheim, ocuparam-se de pintar com uma paleta científica paisagens até então dominadas pelas cores planas e pouco variadas do senso comum, do pensamento religioso e de uma ampla cadeia de preconceitos. Para estes pensadores, o desafio era desenvolver regras gerais e algo semelhante a uma física para uma matéria prima aparentemente tão amorfa e envolta em tabus quanto o complexo emaranhado de relações estabelecidas no seio das aglomerações humanas.

A afirmação de que, em relação a outros campos de conhecimento, as Ciências Sociais são jovens, já se converteu em uma máxima confortável, demasiado utilizada. Por um lado, é certo que o interesse por observar os fenômenos sociais à luz do método científico se articulou concretamente entre os séculos XIX e XX, mas estes fenômenos já haviam sido estudados, ainda que em menor escala, mediados por outros filtros.

Talvez em razão disso, as Ciências Sociais se debatam, na economia simbólica do cotidiano, com lutas ainda mais ferozes que outros saberes mais estabelecidos. Há quem questione a forma do planeta, o nível de participação humana no aquecimento global ou a efetividade das vacinas, especialmente nos dias em que vivemos, quando a negação da validade do conhecimento de ordem científica cresce a olhos vistos. Entretanto, a rejeição em relação aos conhecimentos que a Física, a Geografia e a Biologia têm a oferecer ainda é pequena em comparação àqueles que emanam das Ciências Sociais e de sua área irmã, as Humanidades.

São realmente muitos os tabus envoltos na vida em sociedade, dado o volume de tópicos fundamentais à vida em sociedade que são considerados por vezes imperscrutáveis. A religião. O gênero. As dinâmicas de classes. As relações econômicas como um todo. O significado de determinados papéis sociais enquanto lugares de prestígio ou de repulsa. Tudo isso concerne às Ciências Sociais. Tudo isso é problemático, subjetivo e indiscutível para quem vê a realidade através das lentes de preconceitos que sequer compreende como surgiram e funcionam. Cabe, deste modo, aos estudos aqui apresentados, a tarefa de cometer esse delito social, discutindo o indiscutível.

Boa leitura!

Denise Pereira  
Maristela Carneiro

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
A DIGITALIZAÇÃO DO TRABALHO PERICIAL CONTÁBIL COMO FATOR DE ECONOMIA E SUSTENTABILIDADE	
André Silva Neto Almeciano José Maia Júnior	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9771923121</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>11</b>
BREVE ANÁLISE DA REPERCUSSÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO PERFIL SOCIOECONOMICO DE UM MUNICÍPIO DO COREDE FRONTEIRA NOROESTE DO RS	
Sandra Cristina Franchikoski Susana Cesco	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9771923122</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>21</b>
EFICIÊNCIA DE MERCADO: ANÁLISE DO MERCADO FUTURO DO ETANOL HIDRATADO NO ESTADO DA PARAÍBA UTILIZANDO CO-INTEGRAÇÃO	
Jucimar Casimiro de Andrade Fernando Salvino da Silva Marcela Rebecca Pereira Robson José Silva Santana Larissa Petrusk Santos Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9771923123</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>37</b>
A FILOSOFIA DE HEIDEGGER E O DIREITO: FUNDAMENTOS E ORIGENS DO DIREITO	
Gabriela Leão de Sousa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9771923124</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>51</b>
A NECESSIDADE DE UMA LEGISLAÇÃO ESPECIAL QUE TIPIFIQUE A CONDUTA HOMOFÓBICA	
Emmanuel Vasconcelos Romão Elissama Silva Braga Welligton Aguiar Ponte Filho Betânia Moreira de Moraes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9771923125</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>56</b>
CONSIDERAÇÕES DA APLICABILIDADE DA LEI DO FEMINICÍDIO EM FAVOR DAS MULHERES TRANSGÊNERO	
Carolina Fernandes Paris Isabella Vitória Kohiyama de Freitas	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9771923126</b>	

<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>83</b>
O DIREITO AO ESQUECIMENTO E SUA APLICABILIDADE NA QUESTÃO TRANSEXUAL	
Nathalia Maria Silva da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9771923127</b>	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>96</b>
ALIENAÇÃO SOCIAL: O PAPEL DO DIREITO ANTE O ESPECTRO BIOPOLÍTICO PÓS-MODERNO	
Murilo Henrique de Brida	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9771923128</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>108</b>
DA NECESSIDADE E DIFICULDADE DE APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INDIVIDUALIZAÇÃO DA PENA NO SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO	
Luíza Sampaio Jacob Marina Holler Rodrigues	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9771923129</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>121</b>
DEPENDÊNCIA E CODEPENDÊNCIA: UM ESTUDO ACERCA DAS RELAÇÕES FAMILIARES EM USUÁRIOS DE CRACK	
Adriana Silva da Fonseca Bryan Silva Andrade	
<b>DOI 10.22533/at.ed.97719231210</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>144</b>
DIREITOS HUMANOS NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO	
Ellen Soares Fraga	
<b>DOI 10.22533/at.ed.97719231211</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>157</b>
A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NO TOCANTINS E A INCONSTITUCIONALIDADE REGULAMENTADA NA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01 DE 2014 DO INSTITUTO DE TERRAS DO TOCANTINS- ITERTINS	
Bruno Barreto Cesarino Eduarda Maria Ibiapina da Rocha Coelho César Floriano de Camargo Bruno Vinícius Nascimento Oliveira Leila Rufino Barcelos Danilo Bezerra de Castro	
<b>DOI 10.22533/at.ed.97719231212</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>167</b>
HAITIANOS EM SÃO PAULO: PROTEÇÃO PENAL ANTE O RACISMO E A XENOFOBIA	
Roberta Elias Mendonça Mendes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.97719231213</b>	

<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>179</b>
FLUXO MIGRATÓRIO VENEZUELANO: IMPACTOS SOCIAIS E ECONÔMICOS PARA O ESTADO DE RORAIMA	
Ingrid Cardoso Caldas	
Willian Tihago Quirino Sales	
<b>DOI 10.22533/at.ed.97719231214</b>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>193</b>
PERSPECTIVA TEÓRICA INSTITUCIONALISTA - MODELO DE ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS	
Franciele da Silva Freitas	
Rita Vanderléia Martel	
<b>DOI 10.22533/at.ed.97719231215</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>207</b>
POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE: A REALIDADE DO ESTADO DE RORAIMA	
Marcella Lima Marinho	
Luciana Lopes Silva Martins	
Nara Lisiane Abreu de Oliveira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.97719231216</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>218</b>
PROVA INDICIÁRIA NO PROCESSO CRIMINAL CONFORME A HERMENÊUTICA DE HEIDEGGER E GADAMER	
Eid Badr	
Mário Vinícius Rosário Wu	
<b>DOI 10.22533/at.ed.97719231217</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>233</b>
REGIÃO METROPOLITANA DE CHAPECÓ: DINÂMICAS REGIONAIS E SUAS TERRITORIALIDADES	
Ana Laura Vianna Villela	
Rosa Salete Alba	
Claudio Machado Maia	
Laiz Arruda	
<b>DOI 10.22533/at.ed.97719231218</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>246</b>
SISTEMA DE RECOMPENSAS PARA O TRABALHADOR DO SÉCULO XXI	
Ernandes Farias da Costa	
Francisco Damião Damasceno Neto	
Luise Maria dos Santos Dias	
John Lennon Oliveira Araújo	
Rubens Caminha Juaçaba Filho	
Silvio Roberto Dias da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.97719231219</b>	

<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>251</b>
SEGURANÇA HÍDRICA E OS DESAFIOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EM BOA VISTA/RORAIMA	
Mónica Montana Martínez Ribas	
André Andriw Santos da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.97719231220</b>	
<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>264</b>
SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM FORTALEZA/CE: SÚMULA ACERCA DOS SENTIDOS E EXPERIÊNCIAS DAS USUÁRIAS DOS CENTROS DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL BOM JARDIM E CANINDEZINHO	
Benedita Beatriz Elias Dias	
Jamille Rodrigues Braga	
Lívia Kelly da Silva	
Leila Maria Passos de Souza Bezerra	
<b>DOI 10.22533/at.ed.97719231221</b>	
<b>SOBRE AS ORGANIZADORAS</b> .....	<b>270</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....	<b>271</b>

## SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM FORTALEZA/CE: SÚMULA ACERCA DOS SENTIDOS E EXPERIÊNCIAS DAS USUÁRIAS DOS CENTROS DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL BOM JARDIM E CANINDEZINHO

Data de aceite: 18/11/2019

### **Benedita Beatriz Elias Dias**

Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados – CESA/Serviço Social  
Fortaleza - Ceará

### **Jamille Rodrigues Braga**

Mestranda em Avaliação de Políticas Públicas pelo Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas  
Fortaleza - Ceará

### **Lívia Kelly da Silva**

Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados – CESA/Serviço Social  
Fortaleza - Ceará

### **Leila Maria Passos de Souza Bezerra**

Docente de Serviço Social na Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados – CESA/Serviço Social  
Fortaleza - Ceará

**RESUMO:** Este artigo advém das reflexões e achados incitados na Pesquisa de Iniciação Científica PIBIC/CNPq vigente entre Agosto/2017 a Julho/2018 intitulada “De Espaços Vulneráveis aos Territórios Vividos no Sistema Único de Assistência Social em Fortaleza-Ce: Versões de usuários dos

Centros de Referência da Assistência Social Bom Jardim e Canindezinho”. Objetivamos explanar sobre a execução da Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004) e a implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS 2005; 2012) em Fortaleza/CE, no nível de Proteção Social Básica (PSB), partindo do prisma das usuárias dos Centros de Referência da Assistência Social Bom Jardim e Canindezinho. Almejamos, com isto, apreender os significados e vivências destas mulheres usuárias no SUAS, abrangendo os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais por elas experimentados, assim como suas percepções acerca de seus territórios e trajetórias singulares.

**PALAVRAS-CHAVE:** Assistência Social. Vulnerabilidade Social. Território.

### SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL IN FORTALEZA/CE: SUMMARY ABOUT THE MEANINGS AND EXPERIENCES OF THE USERS FROM THE CENTROS DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL BOM JARDIM AND CANINDEZINHO

**ABSTRACT:** This article comes from the reflections and findings prompted by the PIBIC/CNPq Scientific Initiation Survey from August 2017 to July 2018 entitled “From Vulnerable Spaces to Territories Living in the Sistema Único

de Assistência Social in Fortaleza-Ce: Versions of users of the Centros de Referência da Assistência Social Bom Jardim and Canindezinho”. We aim to explain about the implementation of the Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004) and the implementation of the Sistema Único de Assistência Social (SUAS 2005; 2012) in Fortaleza/CE, at the Proteção Social Básica (PSB) level, starting from the users from the Centro de Referência de Assistência Social of Bom Jardim and Canindezinho. Thus, we aim to grasp the meanings and experiences of these women users in SUAS, encompassing the services, programs, projects and socio-assistance benefits they experience, as well as their perceptions about their territories and unique trajectories.

**KEYWORDS:** Social Assistance. Social vulnerability. Territory.

## 1 | INTRODUÇÃO

Ao pensar a formação sócio histórica brasileira, expressam-se particulares relacionadas às políticas sociais, que perpassam por difíceis processos de efetivação e uma profunda inclinação para lados econômicos dominantes, mesmo diante a alarmante desigualdade social operante no Brasil. Mesmo diante de avanços – Constituição Federal de 1988, com a perspectiva de seguridade social –, a implementação da Assistência Social enquanto Política perpassou por entraves, consequência do avanço de governos com perspectivas neoliberais, que barraram a efetivação das premissas da Constituição Federal de 1988 em relação ao campo social. Com a Lei 8.742/93 (Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS), emerge uma nova perspectiva dos direitos, da universalização dos acessos e da responsabilidade estatal. Inovando pelo caráter não-contributivo, apresenta-se independente de contribuição à seguridade social e para além dos interesses do mercado. (YASBEK, 2014).

Será discutido, assim, os sentidos, significados e inferência dos Centros de Referência da Assistência Social Bom Jardim e Canindezinho no cotidiano das usuárias, diante das adversidades emergentes na conjuntura política, econômica e social do Brasil. Além disto, busca-se analisar as experiências das usuárias acerca da implementação do SUAS, considerando os serviços e programas do nível da proteção básica (PSB), executados nos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS. Ademais, almeja-se analisar os conceitos de território e de vulnerabilidade social adotados na Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), no nível da Proteção Social Básica (PSB), em contrapartida às vivências destacadas pelas usuárias.

## 2 | METODOLOGIA

O campo empírico da pesquisa são os Centros de Referência de Assistência Social – CRAS dos bairros Canindezinho (Rua José Maurício, 405 - Canindezinho, Fortaleza/Ce) e Bom Jardim (Rua Coronel João Corrêia, 2023 - Bom Jardim, Fortaleza/Ce), que são unidades públicas estatais de base territorial, localizados em áreas de vulnerabilidades sociais, que abrangem um total de até 1.000 famílias/ano.

A pesquisa apresentada é de natureza qualitativa, escolha justificada diante da complexidade dos fenômenos da realidade social (MINAYO, 1993). Além disto, foi utilizado pesquisa de cunho bibliográfico e documental para apreensão teórica e legal das categorias abordadas. As técnicas de coleta foram observação direta, diário de campo, entrevista semiestruturada e análise de conteúdo.

As interlocutoras foram mulheres entre 18 e 32 anos, usuárias nos CRAS do Canindezinho e do Bom Jardim. Nesta pesquisa, foi resguardada a identidade das usuárias, que receberam codinomes para a análise das informações. Como critérios para pesquisa, foram entrevistadas usuárias titulares do Programa Bolsa Família, que participam das atividades e serviços do CRAS.

## 3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para Oliveira (2014), a política de assistência social está sendo dissolvida, na medida em que emergem mais estudos sobre a referida. Como alternativa, a política de assistência social reinventa-se, em razão de lutar, resistir e ressignificar-se diante dos estigmas e conceituações inverídicas que ainda a rondam. Os referidos estigmas são produzidos a partir da associação dos conceitos de assistência, filantropia e benemerência para caracterizar e definir a política de Assistência Social (MESTRINER, 2008). Tais conceitos fictícios acerca da assistência social inferem, especialmente, a população usuária que, sem acesso a informação não compreende os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais enquanto direito social, mas sim como mera bondade do Estado. Esta percepção também reforça o discurso burguês que objetiva desmontar as políticas sociais.

Yazbek (2009) apud Vaz (2014) explica que as políticas sociais mostram-se afastadas das noções de universalidade previstas em lei, seguindo uma direção compensatória e seletiva, centrada em situações limites, com o objetivo restrito de promover a subsistência, além de um direcionamento específico aos mais pobres dos pobres, incapazes de prover seus próprios mínimos diante da sociedade capitalista.

Em recorrência nas falas das interlocutoras, é possível notar a figura da assistente social como protagonista no CRAS, na perspectiva das usuárias. Ao citar a assistente social, era recorrente a associação com noções de ajuda, que remetem

a uma noção assistencialista acerca da política e das profissionais. Isto também é consequência de um ranço histórico, construído e atribuído às assistentes sociais, por razões de práticas anteriores de benemerência e filantropia, em substituição do direito.

O Programa Bolsa Família surgiu em 2003, durante o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, beneficiando aproximadamente 14 milhões de brasileiros, dados disponíveis no Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). O programa ativo ajudou a reduzir a extrema pobreza do país pela metade, reforçando o exercício da cidadania.

As usuárias aqui entrevistadas do Bolsa Família, em exclusividade, não tinham conhecimento sobre os outros serviços, programas, projetos, e benefícios socioassistenciais, não conheciam os trabalhadores e nem a política, mostrando certa distância do equipamento. Tal contexto reforça os preceitos que restringem a assistência social aos benefícios de transferência de renda. Desta forma, as condicionalidades focalizam-se somente no âmbito da saúde e da educação. No âmbito da assistência, as usuárias não se veem encaixadas em nenhuma atividade de fortalecimento de vínculos, inserção no mercado de trabalho ou integração com a comunidade.

O Programa Bolsa Família detém centralidade na renda das usuárias entrevistadas. Em sua maioria, o benefício emerge como a única renda da família. Tal benefício tem como objetivos promover o alívio imediato da extrema pobreza, ampliação do acesso a serviços públicos – acesso à saúde, educação e assistência social, por meio das condicionalidades –, apoiar as famílias, por intermédio de outras ações e programas, na superação da pobreza e vulnerabilidade. Uma outra questão emergente refere-se ao baixíssimo valor recebido. Tal valor deve funcionar como uma forma de alavancar as famílias em relação à situação de pobreza. Mas diante dos contextos emergentes, o benefício se mostra como insuficiente para a garantia dos mínimos sociais.

Sobre as condicionalidades, no aspecto da assistência social, se direciona no sentido de comparecer ao CRAS em caso de descumprimento (na saúde ou na educação). Segundo as entrevistadas, usuárias exclusivamente do Bolsa Família, não há outro programa ou ação direcionada para as mesmas – não que elas tenham conhecimentos. Ou seja, os objetivos se cumprem, em parte.

Com base nas contribuições de Sousa (1995) *apud* Haesbaert (2007), analisar território requer ir para além da noção de materialidade do espaço socialmente construído, compreendendo que o mesmo incorpora e apresenta múltiplas faces visto as influências dos processos de globalização. Logo, para compreender território é preciso que leve-se em consideração: a) o território é diferente de espaço, visto que o primeiro termo possui uma concepção mais ampla; b) a configuração territorial

dá-se a partir de construções históricas e sociais, bem como, por meio das relações de poder; c) a categoria em questão possui duas dimensões – a subjetiva e a objetiva – nas quais uma volta-se a consciência/identidade territorial, e a outra para a dominação do espaço por meio de ações político-econômicas, respectivamente.

Boa parte das usuárias conhecem bem seu espaço de vivência. Na fala de todas as usuárias, ao tratar do território, a questão do crime organizado e da violência emergiu. Alguma das usuárias não vêm pontos negativos em residir no seu território, afirmando ser um local bom. A maioria também afirma ter uma boa relação com a comunidade e que gosta de seu território. Em contrapartida, algumas usuárias associam seu local de moradia com um espaço de medo e perigo.

Sobre a categoria pobreza, esta pode ser analisada como uma categoria multidimensional, que se expressa nas diversas dimensões, como política, econômica e cultural. Portanto, a pobreza não pode ser caracterizada apenas pelo não acesso de bens, mas se traduz, conforme Martins (1991) apud Silva et al. (2016), pela carência de direitos e oportunidades, de informações, de possibilidades e de esperança. No caso do Brasil, especificamente, a pobreza decorre da extrema desigualdade por profunda concentração de renda.

Assim, o entendimento sobre pobreza variou para as usuárias. Para algumas, a pobreza aparecia como um algo relacionado à forma de viver, para além da renda, formas de se relacionar com o mundo e consigo mesmo. Para outras, a pobreza surgiu como a falta de acesso a bens e serviços (alimentação, trabalho, educação). Algumas das usuárias, relacionaram a pobreza com humildade. Percebe-se, na fala da maioria delas, que a pobreza é algo distante.

#### 4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do apresentado, é possível apreender algumas considerações e desafios. Desta forma, compreende-se a importância da participação das usuárias nos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais ofertados pelo CRAS. Apreende-se que na medida em que os (as) usuários (as) participam menos das atividades do equipamento, menor é a compreensão sobre o mesmo. Graças a constância do Programa do Bolsa Família, que não requer muitas idas ao CRAS, somente em casos de descumprimento de condicionalidades, alguns beneficiários deste programa, em exclusividade, pouco recorrem ao equipamento. Outra questão também refere-se a ausência de ampla divulgação dos serviços, programas, projetos, e benefícios socioassistenciais do CRAS, não incitando, desta forma, a participação da população em outras atividades.

O não-conhecimento dos usuários sobre a política, atrelado ao fato de todas serem usuárias da mesma, surge enquanto questão a ser refletida. A Política parte

da perspectiva de participação popular, centrando os usuários e a família em suas ações. Desta forma, este é o maior desafio a ser encarado: A propagação da Política de Assistência Social enquanto política de direito, com diversos serviços, programas, projetos, e benefícios socioassistenciais, para além do Bolsa Família.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em: 19 abr. 2018.

BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 7 dez. 1993. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8742compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742compilado.htm)>. Acesso em: 15 abr. 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional da Assistência Social**. Brasília, DF, 2004. Disponível em: < [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Normativas/PNAS2004.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf)>. Acesso em: 15 abr. 2018.

HAESBAERT, R.; LIMONAD, E.. **O território em tempos de globalização**. Etc: Espaço, Tempo e Crítica, Niterói, UFF, v. 1, n. 2, p. 39-52, ago de 2007.

MESTRINER, M. L. **O estado entre a filantropia e a assistência social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MINAYO, M. C. S. SANCHES, O. **Quantitativo-Qualitativo: oposição ou complementariedade**. Cadernos de Saúde Pública. Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239-262.

OLIVEIRA, R. S. **A territorialização da Política de Assistência Social no município de Fortaleza: os caminhos tecidos pelo CRAS BOM JARDIM**. Ceará, UECE, 2014. Dissertação. (Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social). Universidade Estadual do Ceará, 2014.

SILVA, M. O. (Org.). **O Mito e a realidade no enfrentamento à pobreza na América Latina: estudo comparado de programas de transferência de renda no Brasil, Argentina e Uruguai**. São Paulo: Cortez, 2016

VAZ, E. C. Sujeitos do SUAS a partir do diálogo com a pesquisa: o desenho da proteção socioassistencial básica em perspectiva. In: PAIVA, B. A. (Org.). **Sistema único de assistência social em perspectiva: direitos, política pública e superexploração**. São Paulo: Veras, 2014.

YASBEK, M. C. Cultura da subalternidade e o protagonismo popular na política de assistência social: uma equação possível? In: PAIVA, B. A. (Org.). **Sistema único de assistência social em perspectiva: direitos, política pública e superexploração**. São Paulo: Veras, 2014.

## **SOBRE AS ORGANIZADORAS**

**Denise Pereira** - Mestre em Ciências Sociais Aplicadas, Especialista em História, Arte e Cultura, Bacharel em História, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Especialista em Tecnologias Educacionais, Gestão da Comunicação e do Conhecimento. Atualmente Professora/Tutora Ensino a Distância da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)

**Maristela Carneiro** - Pós-Doutoranda pela Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná – Unicentro. Doutorado e Pós-Doutorado em História pela UFG e pela UFMT, respectivamente. Docente do curso de História na Universidade Estadual de Ponta Grossa.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Açúcar cristal 22, 24, 29

Atualidade 37, 60, 106, 127, 144, 246, 258, 259

Ausência 12, 41, 76, 79, 80, 90, 93, 108, 117, 128, 134, 140, 201, 221, 253, 268

### B

Benefícios 2, 6, 93, 153, 200, 203, 246, 247, 248, 249, 250, 264, 266, 267, 268, 269

Boa vista 17, 179, 185, 186, 191, 207, 213, 217, 251, 252, 258, 259, 260, 262

### C

Capitalismo 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 207, 208

Chapecó 233, 234, 235, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244

Codependência 121, 122, 134, 135, 136, 137, 138, 140, 141, 143

Coisificação humana 96

Corede 11, 12, 13, 16, 17, 19

Crack 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 138, 139, 140, 141, 142, 143

### D

Dasein 37, 38, 40, 43, 44, 45, 48, 49

Dependência 40, 98, 121, 122, 124, 125, 129, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 163, 183, 200, 237, 241

Desenvolvimento regional 12, 217, 233, 234, 236, 237, 238, 242, 244, 245

Digitalização 1, 2, 6, 7, 8, 9

Direito 6, 7, 8, 9, 10, 12, 37, 38, 39, 40, 41, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 54, 55, 56, 57, 62, 63, 66, 67, 73, 74, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 87, 88, 89, 90, 92, 93, 94, 95, 96, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 120, 144, 149, 152, 154, 155, 156, 158, 159, 163, 164, 165, 166, 167, 169, 172, 178, 193, 210, 211, 212, 214, 216, 218, 219, 220, 224, 230, 231, 261, 266, 267, 269

Direito penal 51, 57, 81, 96, 102, 103, 106, 110, 112, 114, 115, 120, 231

Direitos humanos 54, 64, 67, 69, 75, 95, 97, 116, 118, 144, 145, 146, 147, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 170

Discriminação 51, 52, 53, 55, 57, 63, 69, 74, 80, 81, 82, 91, 92, 118, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 177, 178

### E

Eficiência de mercado 21, 22, 23, 24, 25, 27, 30, 31, 32, 33, 34

### F

Família 11, 12, 13, 17, 18, 19, 20, 70, 73, 77, 88, 121, 122, 125, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 136, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 159, 195, 215, 248, 250, 266, 267, 268, 269

## G

Gadamer 218, 219, 224, 225, 227, 228, 230, 231

Gênero 53, 54, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 91, 92, 94, 95, 101, 126, 151, 169, 187

## H

Haitinos 167

Heidegger 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 48, 49, 50, 96, 218, 219, 224, 225, 228, 230, 231

Hermenêutica 42, 46, 81, 218, 219, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 232

Homofobia 51, 52, 53, 54, 55, 80

Humanismo 144

Humanização 112, 207, 209, 212, 213, 214, 215, 216

## I

Impactos econômicos 179, 185

Impactos sociais 179

Individualização da pena 108, 110, 112, 113, 117, 118, 119, 120

Institucionalismo 193, 194, 195, 196, 197, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205

Instituições 6, 62, 79, 101, 146, 154, 179, 186, 191, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 237, 244, 253, 255, 257

## L

Legitimação jurídica 96

Lei 7.716/89 167, 169, 170, 172, 173, 174, 177

## M

Mercado futuro 21, 22, 24, 25, 28, 34, 35

Migração 168, 176, 179, 180, 181, 191, 240, 258

Mitsein 37, 45, 49

Motivação 67, 140, 220, 221, 229, 230, 231, 246, 247, 250

## N

Neo-institucionalismo 193, 194, 195, 199, 200, 202, 203

## P

Perícia 1, 2, 3, 4, 5, 6, 9, 10

Personalidade 57, 73, 74, 78, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 97, 98, 111, 135, 136, 159

Pobreza 11, 12, 13, 16, 17, 18, 19, 20, 180, 181, 209, 216, 253, 267, 268, 269

Poder econômico 144, 151, 155

Políticas públicas 12, 20, 51, 53, 57, 122, 127, 140, 141, 193, 194, 195, 196, 199, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 212, 213, 217, 244, 251, 252, 256, 257, 258, 260, 263, 264

Políticas públicas de saúde 207, 209, 212, 217

Prisão feminina

Processo penal 115, 118, 172, 218, 220, 222, 224, 226

Programa bolsa família 11, 12, 13, 17, 18, 19, 20, 266, 267

Proteção 2, 20, 28, 52, 55, 72, 74, 79, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 92, 93, 94, 98, 115, 123, 128, 134, 138, 139, 144, 146, 152, 167, 176, 177, 178, 179, 188, 209, 210, 211, 216, 218, 219, 231, 252, 253, 255, 262, 264, 265, 269

Prova indiciária 218, 219, 221, 222, 223, 224, 229, 230, 231, 232

## R

Racismo 52, 53, 54, 55, 167, 169, 170, 172, 176, 177, 178

Recompensas 246, 247

Região metropolitana 233, 235, 237, 238, 239, 242, 244

## S

Segurança hídrica 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 261

Sistema penitenciário 108, 118, 196

Sociedade incivilizada 96

Sus 61, 62, 63, 75, 76, 77, 78, 91, 207, 208, 210, 211, 212, 213, 214, 216, 217

Sustentabilidade 1

## T

Territorialidade 233, 235, 236, 237, 243

Tráfico de drogas 221

Transexualidade 56, 57, 58, 61, 75, 76, 81, 83, 84, 85, 86, 87, 92

## V

Venezuela 66, 179, 180, 182, 183, 184, 186, 188, 190, 191, 192

Violência 51, 52, 53, 54, 55, 57, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 70, 72, 77, 81, 104, 126, 127, 133, 136, 139, 142, 268

## X

Xenofobia 167, 169, 174, 176, 177, 178, 182

